

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES[®]

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: **FRISA - Frigorífico Rio Doce S.A.**

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Colatina, no Estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal a exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes e derivados, e fabricação de conservas (congelados, defumados, embutidos e enlatados). Em 2019, a Companhia

apurou lucro líquido de R\$ 30.690, diferentemente do exercício de 2018 o qual apurou prejuízo líquido de R\$ 33.742, devido à adesão ao parcelamento do FUNRURAL denominado PRR, cujos valores provisionados na conta de resultado DESPESAS foram de R\$ 31.264 e R\$ 10.399 em sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. No final do ano de 2019 a Companhia possuía 3.305 colaboradores em seu quadro, sendo 2.909 na empresa controladora, 356 na controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. e 40 na sua subsidiária integral Frisa Comercial S.A.. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	80.956	44.602	86.926	50.973	Empréstimos e financiamentos	14	127.753	151.633	128.015	151.923
Contas a receber de clientes	6	96.931	83.269	113.291	105.780	Fornecedores	13	79.997	55.147	90.207	64.714
Estoques	7	134.048	133.416	142.096	140.140	Adiantamentos de clientes do exterior		1.241	4.547	1.241	4.547
Impostos e contribuições a recuperar	8	17.029	6.783	18.464	7.289	Obrigações sociais	15	6.401	3.916	6.947	4.462
Adiantamentos	9	3.221	2.973	3.455	3.210	Obrigações fiscais	16	6.055	4.441	6.921	5.138
Deposito vinculado		2.956	2.956	2.956	2.956	JSCP / Dividendos		270	270	270	270
Outros		551	564	586	602	Provisão de férias		11.412	10.164	12.693	13.180
		<u>335.692</u>	<u>274.563</u>	<u>367.774</u>	<u>310.950</u>	Outros contas a pagar		<u>2.701</u>	<u>1.995</u>	<u>2.672</u>	<u>26</u>
								<u>235.830</u>	<u>232.113</u>	<u>248.966</u>	<u>244.260</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	35.185	5.312	35.883	6.358
Depósitos judiciais	17	10.690	10.670	12.812	12.782	Impostos diferidos	18	8.460	8.460	8.727	8.727
Incentivos fiscais não aplicados		92	92	92	92	Parcelamentos federais	19	24.427	27.179	33.524	36.775
Depósito Vinculado		1.738	1.284	1.738	1.284	Provisão para contingências	17	<u>8.682</u>	<u>8.474</u>	<u>10.866</u>	<u>10.591</u>
Outros Créditos		125	211	124	211			<u>76.754</u>	<u>49.425</u>	<u>89.000</u>	<u>62.451</u>
Investimentos	10	18.544	22.550	113	16	Patrimônio Líquido	22				
Imobilizado	11	84.380	80.396	93.990	89.605	Capital social		120.098	120.098	120.098	120.098
Intangível	12	1.197	959	1.204	969	Reservas de capital		9.209	414	9.209	414
		<u>116.767</u>	<u>116.162</u>	<u>110.074</u>	<u>104.959</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		16.934	16.934	16.934	16.934
						Reserva legal		-	412	-	412
						Reserva de investimentos		-	5.071	-	5.071
						Prejuízos acumulados		<u>(6.366)</u>	<u>(33.742)</u>	<u>(6.366)</u>	<u>(33.742)</u>
						Atribuído a particip. dos acionistas controladores		139.874	109.187	139.874	109.187
						Participações de acionistas não controladores		-	-	7	11
								<u>139.874</u>	<u>109.187</u>	<u>139.881</u>	<u>109.198</u>
Total do ativo		<u>452.459</u>	<u>390.725</u>	<u>477.848</u>	<u>415.909</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>452.459</u>	<u>390.725</u>	<u>477.848</u>	<u>415.909</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de produtos e serviços		1.201.189	972.539	1.362.376	1.117.422
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(1.015.615)</u>	<u>(822.747)</u>	<u>(1.161.647)</u>	<u>(953.770)</u>
Lucro bruto		185.574	149.792	200.729	163.652
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	25	(98.636)	(82.511)	(111.921)	(90.536)
Gerais e administrativas	26	(46.434)	(33.653)	(49.713)	(37.918)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.841)	(1.956)	(2.066)	(2.253)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	<u>21.482</u>	<u>(30.129)</u>	<u>21.496</u>	<u>(40.318)</u>
		<u>(125.429)</u>	<u>(148.249)</u>	<u>(142.204)</u>	<u>(171.025)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.098)	(10.357)	-	-
Participação dos empregados nos lucros		<u>(1.559)</u>	-	<u>(1.559)</u>	-
Resultado operacional		<u>55.488</u>	<u>(8.814)</u>	<u>56.966</u>	<u>(7.373)</u>
Receitas financeiras	28	45.596	42.422	46.402	43.275
Despesas financeiras	28	<u>(62.664)</u>	<u>(67.350)</u>	<u>(63.923)</u>	<u>(68.979)</u>
Resultado antes dos impostos incidentes		<u>38.420</u>	<u>(33.742)</u>	<u>39.445</u>	<u>(33.077)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(7.732)</u>	-	<u>(8.757)</u>	<u>(654)</u>
Resultado do período		<u>30.688</u>	<u>(33.742)</u>	<u>30.688</u>	<u>(33.731)</u>
Atribuído aos acionistas controladores				30.691	(33.742)
Atribuído aos acionistas não controladores				(3)	11
Lucro básico por ação (em R\$)		2.057	(2.249)		
Lucro diluído por ação (em R\$)		2.057	(2.249)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES"

►► Continuação

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.688	(33.742)	30.688	(33.731)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	30.688	(33.742)	30.688	(33.731)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital e ações em tesouraria			Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reserva legal	Reserva de investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120.098	414	16.934	412	4.536	-	142.393	-	142.393
Distribuição de dividendos / gratificação	-	-	-	-	535	-	535	-	535
Prejuízos líquido do exercício	-	-	-	-	-	(33.742)	(33.742)	11	(33.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	120.098	414	16.934	412	5.071	(33.742)	109.186	11	109.197
Transferência para absorção parcial do prejuízo	-	-	-	(412)	(5.071)	5.483	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.688	30.688	(4)	30.684
Reserva de incentivos fiscais	-	8.795	-	-	-	(8.795)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	120.098	9.209	16.934	-	-	(6.366)	139.874	7	139.881

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa				
Resultado do exercício	30.688	(33.742)	30.688	(33.732)
Depreciação e amortização	6.432	7.028	7.059	7.807
Provisão para contingências	208	35	273	(236)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	7.828	20.687	7.878	20.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	18	293	18
Resultado da equivalência patrimonial	3.098	10.357	-	-
Baixas de ativos imobilizado e intangível	80	160	698	136
	48.334	4.543	46.889	(5.270)
Variações em ativos e passivos operacionais, circulante e não circulante				
Clientes	(15.284)	(21.018)	(9.437)	(24.381)
Estoques	(632)	(12.666)	(1.956)	(12.374)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.246)	(3.339)	(11.175)	(3.725)
Adiantamentos	(248)	-	(245)	-
Outros ativos	78	(528)	73	(325)
Contas a pagar a fornecedores	24.850	996	25.493	8.015
Obrigações fiscais e sociais, e provisão de férias e outras	5.347	4.934	3.781	5.043
Adiantamentos de clientes do exterior	(3.306)	2.670	(3.306)	2.670
Dividendos/Juros sobre capital próprio	-	(442)	-	(442)
Parcelamentos federais e outras obrigações	(2.752)	27.084	(3.251)	36.681
Outros passivos	704	-	2.642	-
	(1.489)	(2.309)	2.619	11.162
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	46.845	2.234	49.508	5.892
Variações das atividades de investimentos				
Depósito vinculado	(454)	(301)	(454)	(301)
Adições ao ativo permanente	(10.428)	(7.120)	(12.070)	(8.307)
Adições aos investimentos	(92)	-	(96)	(2)
Recebimento de dividendos de controlada	1.000	1.000	-	-
Adições ao intangível	(306)	(187)	(306)	(189)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(10.280)	(6.608)	(12.926)	(8.799)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos captados	386.206	317.644	386.205	317.643
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(386.417)	(306.776)	(386.834)	(307.116)
Distribuição de dividendos / gratificações	-	535	-	535
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades de financiamentos	(211)	11.403	(629)	11.062
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	36.354	7.029	35.953	8.155
Caixa e equivalentes no início do exercício	44.602	37.573	50.973	42.818
Caixa e equivalentes no final do exercício	80.956	44.602	86.926	50.973
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	36.354	7.029	35.953	8.155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES"

► Continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 1º de novembro de 1968, na forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em 5 de novembro de 1968, com a denominação de FRISA - Frigorífico Rio Doce S.A.. A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes e derivados, e fabricação de conservas (congelados, defumados, embutidos e enlatados). O parque fabril divide-se em duas unidades industriais localizadas nas cidades de Colatina (ES), responsável pelo abate, industrialização de carnes, fabricação de charques e conservas (congelados, enlatados, embutidos e defumados), e Nanuque (MG), responsável pelo abate e industrialização de carnes. Também há uma unidade de armazenagem e distribuição localizada na cidade de Niterói (RJ) e uma unidade atacadista na cidade de Teixeira de Freitas (BA). A Companhia distribui seus produtos por vários estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, além de exportar para países localizados na Europa, Oriente Médio, Ásia, África e América do Sul. A Companhia detém participações societárias nas empresas Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (99,94%), localizada na cidade de Teixeira de Freitas (BA) e Frisa Comercial S.A. (100,00%), localizada na cidade de Colatina (ES). As unidades produtivas da Companhia, localizadas em Colatina (ES) e Nanuque (MG), possuem licenças de operação (LO) vigentes, expedidas pelos órgãos ambientais dos respectivos Estados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(a) **Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); e
- As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2020. (b) **Base de mensuração** - As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do caixa e equivalente de caixa, que foram mensurados pelo valor justo por meio de resultado. (c) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e Brasileiras de Contabilidade, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 17 - Provisão para contingências;
- Nota Explicativa nº 21 - Imposto de renda e contribuição social;
- Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **3.1. Bases de consolidação** - As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Nas demonstrações contábeis

individuais da controladora as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.2. Instrumentos financeiros** - Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **3.2.1. Ativos financeiros não derivativos** - Os instrumentos incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, além de investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" e encontram-se registrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia possui passivos financeiros relacionados às rubricas de fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e outras dívidas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante todo o exercício social. **3.3. Caixa e equivalente de caixa** - Os montantes apresentados em bancos e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados à sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Títulos Públicos Federais, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos de Investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado, e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado. **3.4. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes estão líquidas da provisão para perdas, são apresentadas pelo valor faturado e não tem a incidência de juros. A provisão para perdas é constituída com base na análise dos créditos a receber, elaborada pela Administração da Companhia em face dos riscos envolvidos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas nos valores a receber. **3.5. Estoques** - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com venda. **3.6. Imobilizado** - **3.6.1. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se aplicáveis. Os gastos com reformas e manutenção, que aumentam significativamente a vida útil das instalações e equipamentos, são capitalizados. Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **3.6.2. Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos
Equipamentos de informática	3 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 a 25 anos
Veículos	10 a 25 anos
Outros	10 a 25 anos

3.7. Intangível - Refere-se, principalmente, a custos incorridos com projeto de tratamento de efluentes e implantação de sistemas de informática, os quais estão sendo amortizados pelo método linear no prazo de cinco anos, à taxa anual de 20%. **3.8. Outros ativos circulantes e não circulantes** - São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. **3.9. Passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente, quando aplicável, é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. **3.10. Moeda estrangeira** - A Administração da Companhia definiu que sua moeda

Continua ►►

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES[®]

► Continuação

funcional é o Real de acordo com as normas descritas na NBC TG 02 e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*). Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **3.11.**

Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou reconhecida como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12. Imposto de Renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil. A Companhia e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda são beneficiárias do incentivo fiscal federal da SUDENE, reduzindo em 75% o Imposto de Renda, apurado através do lucro da exploração, sobre as atividades industriais, em suas unidades de Colatina (ES) e de Nanuque (MG) e da sua controlada em Teixeira de Freitas (BA).

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia, em 31 de dezembro 2019, não tem nenhum ativo ou passivo (contas a receber ou contas a pagar) a ser ajustado a valor presente. **3.14. Receita de venda** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos será reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos forem transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados será reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.15. Resultado por ação - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos da NBC TG 41 e IAS 33. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018** - Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber: **a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39). Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. Anova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos. **b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:** O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou

as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. **3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018** - As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial. **a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das empresas do grupo concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as empresas do grupo não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. **b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora e daquelas empresas onde a Companhia detém o controle, conforme detalhadas a seguir:

	Porcentagem de participação	
	2019	2018

Controladas:		
Friza Comercial S.A	100,00%	100,00%
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	99,94%	99,94%

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e suas práticas contábeis são uniformes. As controladas são consolidadas desde a data de sua aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que cessa tal controle. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos a seguir: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; (c) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; (e) Os saldos das transações intercompanhias são eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas são destacadas no balanço patrimonial; e (f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os valores de caixa e equivalentes incluem os saldos em conta-corrente e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias da data do balanço. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES¹

► Continuação

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Em moeda nacional:				
Caixa e bancos	842	1.891	1.175	2.258
Aplicações financeiras (a)	60.043	24.112	65.680	30.116
	60.885	26.003	66.855	32.374
Em moeda estrangeira:				
Bancos (b)	20.071	18.599	20.071	18.599
	20.071	18.599	20.071	18.599
	80.956	44.602	86.926	50.973

(a) Compreende as aplicações financeiras de curto prazo, cujo prazo de vencimento não é superior a 90 dias da data da contratação e há possibilidade de resgate imediato. (b) Valores mantidos no Citibank USA NY e Itaú BBA em Nassau, conforme IN SRF nº 726/07 e Lei nº 11.371/06.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A redução ao valor recuperável contabilizada sobre as contas a receber é determinada pela previsão de realização e são consideradas as perdas históricas sobre o saldo de contas a receber.

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No País	59.240	43.165	79.876	71.068
No exterior	40.975	41.766	42.385	41.766
	100.215	84.931	122.260	112.834
Variações cambiais sobre exportações	(386)	1.236	(386)	1.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.898)	(2.898)	(8.584)	(8.291)
	96.931	83.269	113.290	105.780

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer (circulante)	94.625	79.563	101.922	93.436
Vencidos até 30 dias (a)	3.016	2.009	3.021	2.441
Vencidos de 31 a 60 dias (a)	211	144	211	245
Vencidos de 61 a 90 dias (a)	-	108	281	155
Vencidos de 91 a 120 dias (a)	6	35	6	232
Vencidos de 121 a 150 dias	50	192	170	1.977
Vencidos de 151 a 180 dias	-	9	54	1.772
Vencidos acima de 180 dias	2.307	2.871	16.595	12.576
	100.215	84.931	122.260	112.834

(a) Em 31 de dezembro de 2019 foram reclassificados títulos com clientes no exterior no montante de R\$ 42.385 (R\$ 41.766 em 2018). Tais notas fiscais são emitidas para pagamento à vista, que ocorre, entretanto, somente entre 30 a 120 dias após a sua emissão, conforme estipulado em processo de exportação. Movimentação de provisão para perda financeira:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	2.898	2.880	8.291	8.272
Adições	-	18	293	19
Saldo final	2.898	2.898	8.584	8.291

7. ESTOQUES

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	49.688	50.057	55.232	54.910
Matérias-primas, embalagens e secundários	65.868	67.068	66.416	67.454
Materiais de manutenção e consumo	18.492	16.291	20.448	17.776
	134.048	133.416	142.096	140.140

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS (a)	627	606	631	610
IRPJ	1.983	311	2.036	364
CSLL	1.568	221	1.571	224
PIS (a)	2.296	1.002	2.296	1.002
COFINS (a)	10.471	4.561	10.471	4.561
Outros	84	82	1.459	528
	17.029	6.783	18.464	7.289

(a) Refere-se a saldo credor de ICMS, PIS e COFINS acumulados em função das operações de exportação.

9. ADIANTAMENTOS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários	819	715	880	808
Clientes	922	807	922	807
Fornecedores	1.196	1.202	1.365	1.313
Viagens	213	222	217	254
Outros	71	27	71	26
	3.221	2.973	3.455	3.208

10. INVESTIMENTOS

Controladas	Participação	Qde. Quotas / Ações	2019	
			Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	12.492	(5.163)
Frisa Comercial S/A (b)	100,00%	1.653	5.967	2.062
			18.459	(3.101)
Participação dos minoritários			7	(3)
			18.466	(3.104)

Controladas	Participação	Qde. Quotas / Ações	2018	
			Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	17.645	(11.711)
Frisa Comercial S/A (b)	100,00%	1.653	4.905	1.374
			22.550	(10.337)
Participação dos minoritários			11	(7)
			22.561	(10.344)

Movimentação dos investimentos:

Empresas	2019		Investimento	Equivalência
	Coligadas	Controladora		
	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo		
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda	12.492	(5.163)	99,94%	12.485
Frisa Comercial S.A.	5.967	2.062	100,00%	5.967
	18.459	(3.101)		18.452
Participação dos minoritários	7	(3)		

Empresas	2018		Investimento	Equivalência
	Coligadas	Controladora		
	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo		
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda	17.655	(11.711)	99,94%	17.645
Frisa Comercial S.A.	4.905	1.364	100,00%	4.905
	22.560	(10.346)		22.550
Participação dos minoritários	11	(7)		

a) Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. - Sociedade foi constituída em 9 de fevereiro de 1996 na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e denominação social de Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. A Sociedade explora as atividades de: abate e frigorificação de animais, principalmente bovinos e bufalinos; comércio por atacado e varejo de produtos alimentícios em geral e, em especial, de produtos derivados do abate; prestação de serviços de abate de bovinos e bufalinos. O parque fabril encontra-se localizado na cidade de Teixeira de Freitas (BA) e é responsável pelo abate e industrialização de carnes. A Sociedade distribui seus produtos por vários Estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, sendo que sua unidade produtiva possui Licença de Operação (LO) vigente, expedida pelo órgão ambiental do respectivo Estado. A Empresa também distribui seus produtos no mercado externo, especificamente para países do sudeste asiático. Conforme destacado na nota explicativa nº 16, a controlada aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) em 09 de outubro de 2018, o qual foi instituído através da Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018 e regulamentado através da Instrução Normativa 1.804 de 25 de abril de 2018 que

Continua ►►

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES*

►► Continuação

alterou a Instrução Normativa 1.784 de 19 de janeiro de 2018. Esta iniciativa permitiu o parcelamento dos débitos do FUNRURAL, no montante líquido de R\$ 10.537 em 31 de dezembro de 2018. **b) Frisa Comercial S.A.** - A Subsidiária integral foi constituída em 14 de setembro de 2010 na forma de sociedade anônima, a partir do patrimônio das filiais varejistas do Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., sua única acionista. A Sociedade explora a atividade de comércio varejista de carnes e derivados e diversos produtos como embutidos, enlatados, defumados.

11. IMOBILIZADO

Composição	Taxa de depreciação%	Custo	Depreciação Acumulada	Controladora	
				2019	2018
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	26.542	-	26.542	26.542
Edificações	1,67%	32.674	(15.896)	16.778	16.406
Máquinas e equipamentos	4 a 10%	91.586	(61.142)	30.444	27.842
Equipamentos Informática	10 a 33,33%	4.497	(3.485)	1.012	688
Moveis e Utensílios	4 a 10%	5.350	(3.753)	1.597	1.629
Veículos	4 a 10%	34.805	(30.428)	4.377	4.675
Outros	4 a 10%	1.263	(943)	319	308
		196.717	(115.647)	81.069	78.090
Pastagens	-	20	-	20	20
Imobilizações andamento	-	3.291	-	3.291	2.286
		200.028	(110.029)	84.380	80.396

Composição	Taxa de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Consolidado	
				2019	2018
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	27.967	-	27.967	27.967
Edificações	1,67%	36.458	(16.928)	19.530	19.068
Máquinas e equipamentos	4 a 10%	100.000	(66.073)	33.927	30.829
Equipamentos Informática	10 a 33,33%	4.807	(3.738)	1.069	735
Moveis e Utensílios	4 a 10%	5.677	(3.928)	1.749	1.753
Veículos	4 a 10%	37.402	(32.622)	4.780	5.168
Outros	4 a 10%	1.966	(1.566)	400	459
		214.277	(124.855)	89.422	85.979
Pastagens	-	20	-	20	20
Imobilizações andamento	-	4.548	-	4.548	3.606
		218.845	(124.855)	93.990	89.605

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou os terrenos do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

12. INTANGÍVEL

Composição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Controladora	
				2019	2018
				Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	310	(310)	-	1
Projetos ampliação/modernização	20%	529	(529)	-	-
Direitos de uso de software	20%	1.317	(890)	427	37
		2.156	(1.729)	427	38
Intangível andamento (a)		770	-	770	921
		2.926	(1.729)	1.197	959

Composição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Consolidado	
				2019	2018
				Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	310	(310)	-	1
Projetos ampliação/modernização	20%	629	(624)	5	7
Direitos de uso de software	20%	1.355	(926)	429	40
		2.294	(1.860)	434	48
Intangível andamento (a)		770	-	770	921
		3.064	(1.860)	1.204	969

13. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com aquisição de gado, serviços e materiais necessários à produção da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos estão assim demonstrados:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de Gado	2.317	4.117	15.697	13.046
Outros Fornecedores	77.680	51.030	74.509	51.668
	79.997	55.147	90.206	64.714

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES*

► Continuação

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição	2019			Controladora 2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional:						
Capital de giro (a)	65.233	32.101	97.334	58.401	1.009	59.410
Aquisição imobilizado (b)	1.448	3.084	4.532	1.648	4.303	5.951
	<u>66.681</u>	<u>35.185</u>	<u>101.866</u>	<u>60.049</u>	<u>5.312</u>	<u>65.361</u>
Em moeda estrangeira:						
Capital de giro (c)	61.072	-	61.072	91.584	-	91.584
	<u>61.072</u>	<u>-</u>	<u>61.072</u>	<u>91.584</u>	<u>-</u>	<u>91.584</u>
	<u>127.753</u>	<u>35.185</u>	<u>162.938</u>	<u>151.633</u>	<u>5.312</u>	<u>156.945</u>

Composição	2019			Consolidado 2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional:						
Capital de giro (a)	65.233	32.101	97.334	58.401	1.009	59.410
Aquisição imobilizado (b)	1.710	3.782	5.492	1.938	5.349	7.287
	<u>66.943</u>	<u>35.883</u>	<u>102.826</u>	<u>60.339</u>	<u>6.358</u>	<u>66.697</u>
Em moeda estrangeira:						
Capital de giro (c)	61.072	-	61.072	91.584	-	91.584
	<u>61.072</u>	<u>-</u>	<u>61.072</u>	<u>91.584</u>	<u>-</u>	<u>91.584</u>
	<u>128.015</u>	<u>35.883</u>	<u>163.898</u>	<u>151.923</u>	<u>6.358</u>	<u>158.281</u>

(a) Refere-se a financiamentos contratados junto aos Bancos do Brasil, Itaú, Safra, Santander, Bradesco e BBM.

(b) Refere-se a contratos de Finame com Banco do Brasil e Banco Banestes, em que a propriedade do bem é transferida ao banco até a liquidação total da dívida e a um parcelamento fixo junto ao Banco Santander para aquisição de ativo imobilizado.

(c) Adiantamentos de contrato de câmbio, em moeda estrangeira, no montante de US\$ 13.077 mil e € 1.848 mil.

Modalidade	Juros	Vencimento	Garantias	Controladora 2019		
				Circulante	Não Circulante	Total
Capital de giro						
Banco Safra	9,50% a.a.	janeiro de 2021	Cessão fiduciária	2.868	567	3.435
Banco do Brasil	100% CDI + 2,6 a.a. e 135% CDI	setembro de 2021	Aval	31.048	6.500	37.548
Banco Itaú Unibanco	VC + 4,85 a.a. e 100% CDI + 3,00 a.a.	março de 2020	Aval	25.718	-	25.718
Banco Santander	100% CDI + 2,3 a.a.	dezembro de 2023	Cessão fiduciária	-	25.034	25.034
Banco BOCOM BBM	8,00 a.a.	janeiro de 2020	Nota promissória	5.599	-	5.599
				<u>65.233</u>	<u>32.101</u>	<u>97.334</u>
Ativo fixo - Finame						
Banco do Brasil	2,50% até 8,70% aa	setembro de 2024	Alienação fiduciária	1.208	3.056	4.264
Banco Banestes	9,50% a.a.	janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	28	37
Banco Santander	-	julho de 2020	Aval	230	-	230
				<u>1.447</u>	<u>3.084</u>	<u>4.531</u>
ACC						
Banco do Brasil	VC + 3,97% até 4,05% a.a.	abril de 2020	Aval	20.352	-	20.352
Banco Bradesco	VC + 5,42% até 5,54% a.a.	fevereiro de 2020	Aval	13.703	-	13.703
Banco Santander	VC + 5,69% a.a.	março de 2020	Aval	6.045	-	6.045
Banco CCB	VC + 5,65% a.a.	janeiro de 2020	Aval	4.030	-	4.030
Banco ABC Brasil	VC + 5,90% a.a.	abril de 2020	Aval	8.572	-	8.572
Banco Votorantim	VC + 0,70% a.m	janeiro de 2020	Aval	8.371	-	8.371
				<u>61.073</u>	<u>-</u>	<u>61.073</u>
				<u>127.753</u>	<u>35.185</u>	<u>162.938</u>

Modalidade	Juros	Vencimento	Garantias	Controladora 2018		
				Circulante	Não Circulante	Total
Capital de giro						
Banco Safra	9,5% a.a.	Maio de 2020	Cessão fiduciária	1.825	1.009	2.834
Banco Bradesco	VC + 4,2% a.a.	Dezembro de 2019	Nota promissória	4.501	-	4.501
Banco do Brasil	8% a.a.	Agosto de 2019	Aval	20.562	-	20.562
		até dezembro de 2019				
Banco Itaú Unibanco	VC + 6,55% a VC + 7,72% a.a.	2019	Aval	21.458	-	21.458
Banco BOCOM BBM	9,39% a.a.	até junho de 2019	Cessão fiduciária	10.055	-	10.055
				<u>58.401</u>	<u>1.009</u>	<u>59.410</u>
Ativo fixo - Finame						
Banco do Brasil	2,5% até 8,7% aa	até setembro de 2024	Alienação fiduciária	1.639	4.266	5.905
Banestes	9,5% a.a.	janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	37	46
				<u>1.648</u>	<u>4.303</u>	<u>5.951</u>
ACC						
Banco do Brasil	VC + 1% até 4,19% a.a.	até maio de 2019	Aval	43.102	-	43.102
Banco Bradesco	VC + 5,07% até 5,21% a.a.	até maio de 2019	Aval	19.371	-	19.371
Banco Safra	VC + 5,98% a.a.	fevereiro de 2019	Aval	5.811	-	5.811
Banco ABC Brasil	VC + 5,68% a.a.	até junho de 2019	Aval	7.748	-	7.748
Banco Votorantim	VC + 5,5% e 5,8% a.a.	janeiro de 2019	Aval	15.551	-	15.551
				<u>91.584</u>	<u>-</u>	<u>91.584</u>
				<u>151.633</u>	<u>5.312</u>	<u>156.945</u>

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES[®]

► Continuação

							Consolidado
							2019
Modalidade	Juros	Vencimento	Garantias	Circulante	Não circulante	Total	
Capital de giro							
Banco Safra	9,50% a.a.	janeiro de 2021	Cessão fiduciária	2.868	567	3.435	
Banco do Brasil	100% CDI + 2,6 a.a. e 135% CDI	setembro de 2021	Aval	31.048	6.500	37.548	
Banco Itau Unibanco	VC + 4,85 a.a. e 100% CDI + 3,00 a.a.	março de 2020	Aval	25.718	-	25.718	
Banco Santander	100% CDI + 2,3 a.a.	dezembro de 2023	Cessão fiduciária	-	25.034	25.034	
Banco BOCOM BBM	8,00 a.a.	janeiro de 2020	Nota promissória	5.599	-	5.599	
				65.233	32.101	97.334	
Ativo fixo - Fínime							
Banco do Brasil	2,50% até 8,70% aa	setembro de 2024	Alienação fiduciária	1.470	3.754	5.224	
Banco Santander	9,50% a.a.	janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	28	37	
Banestes	-	julho de 2020	Aval	230	-	230	
				1.709	3.782	5.491	
ACC							
Banco do Brasil	VC + 3,97% até 4,05% a.a.	abril de 2020	Aval	20.352	-	20.352	
Banco Bradesco	VC + 5,42% até 5,54% a.a.	fevereiro de 2020	Aval	13.703	-	13.703	
Banco Santander	VC + 5,69% a.a.	março de 2020	Aval	6.045	-	6.045	
Banco CCB	VC + 5,65% a.a.	janeiro de 2020	Aval	4.030	-	4.030	
Banco ABC Brasil	VC + 5,90% a.a.	abril de 2020	Aval	8.572	-	8.572	
Banco Votorantim	VC + 0,70% a.m.	janeiro de 2020	Aval	8.371	-	8.371	
				61.073	-	61.073	
				128.015	35.883	163.898	

							Consolidado
							2018
Modalidade	Juros	Vencimento	Garantias	Circulante	Não circulante	Total	
Capital de giro							
Banco Safra	9,5% a.a.	Maio de 2020	Cessão fiduciária	1.825	1.009	2.834	
Banco Bradesco	VC + 4,2% a.a.	Dezembro de 2019	Nota promissória	4.501	-	4.501	
Banco do Brasil	8% a.a.	Agosto de 2019	Aval	20.562	-	20.562	
Banco Itaú Unibanco	VC + 6,55% até VC + 7,72% a.a.	Dezembro de 2019	Cessão fiduciária	21.458	-	21.458	
Banco BOCOM BBM	9,39% a.a.	Junho de 2019	Cessão fiduciária	10.055	-	10.055	
				58.401	1.009	59.410	
Ativo fixo - Fínime							
Banco do Brasil	2,5% até 8,7% aa	Setembro de 2024	Alienação fiduciária	1.929	5.312	7.241	
Banestes	9,5% a.a.	Janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	37	46	
				1.938	5.349	7.287	
ACC							
Banco do Brasil	VC + 1% até 4,19% a.a.	Maio de 2019	Aval	43.102	-	43.102	
Banco Bradesco	VC + 5,07% até 5,21% a.a.	Maio de 2019	Aval	19.371	-	19.371	
Banco Safra	VC + 5,98% a.a.	Fevereiro de 2019	Aval	5.811	-	5.811	
Banco ABC Brasil	VC + 5,68% a.a.	Junho de 2019	Aval	7.749	-	7.749	
Banco Votorantim	VC + 5,5% e 5,8% a.a.	Janeiro de 2019	Aval	15.551	-	15.551	
				91.584	-	91.584	
				151.923	6.358	158.281	

As parcelas classificadas como "não circulante" vencem como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	2.223	-	2.511
2021	1.104	1.104	1.392	1.392
2022	17.069	1.021	17.327	1.309
2023	16.807	759	16.940	922
2024	205	205	224	224
	35.185	5.312	35.883	6.358

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
INSS	2.477	2.044	2.756	2.293
FGTS	727	626	808	700
FUNRURAL	849	534	1.023	712
SESI/SENAI	648	480	648	480
Outros	1.700	232	1.712	277
	6.401	3.916	6.947	4.462

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ISS	22	15	22	15
ICMS	1.390	965	1.516	1.007
IRRF	420	353	435	365
CSRF	30	13	31	15
Parcelamentos Federais	3.886	3.081	4.385	3.582
IRPJ	12	12	165	108
CSLL	294	-	350	35
Outros	1	2	17	11
	6.055	4.441	6.921	5.138

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
Reconhecida quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança. A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES*

►► Continuação

negócios. Os valores das provisões para contingências e depósitos judiciais podem ser assim demonstrados:

Composição	Depósitos judiciais		Controladora Provisão para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Causas tributárias (a)	7.586	7.586	7.583	7.583
Causas trabalhistas (b)	1.178	1.380	993	779
Causas cíveis (c)	1.804	1.582	106	112
Depósito bloqueado (d)	122	122	-	-
	10.690	10.670	8.682	8.474

Composição	Depósitos judiciais		Consolidado Provisão para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Causas tributárias (a)	9.606	9.606	9.603	9.603
Causas trabalhistas (b)	1.238	1.430	1.157	875
Causas cíveis (c)	1.845	1.623	106	113
Depósito bloqueado (d)	122	123	-	-
	12.812	12.782	10.866	10.591

(a) Refere-se ao depósito judicial da contribuição para a Previdência Social (Funrural). A Companhia homologou junto ao TRF da 2ª região o pedido de desistência, com renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, uma vez que houve a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) (Nota Explicativa nº 16). (b) Refere-se principalmente a questionamentos sobre verbas diversas como horas extras, adicional de insalubridade, de periculosidade, parcelas rescisórias e indenizações diversas. (c) Refere-se à ação de indenização por danos morais e danos materiais. (d) Depósito bloqueado no Bancoob em virtude de falência de cooperativa. A perda deste processo foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da Companhia e por isso não foi provisionada. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 4.020 (R\$ 16.189 em 2018) na Controladora e R\$ 5.735 (R\$ 17.919 em 2018) no Consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, e por isso não estão provisionadas em consonância com a Resolução nº 1.180/09 do CFC - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

18. IMPOSTOS DIFERIDOS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda – avaliação patrimonial	6.221	6.221	6.417	6.417
Contribuição social – avaliação patrimonial	2.239	2.239	2.310	2.310
	8.460	8.460	8.727	8.727

Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados em 2010 às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre o montante de R\$ 24.882, provenientes da avaliação patrimonial dos terrenos da Companhia (Colatina - R\$ 14.470) / Nanuque - R\$ 614 / Niteroi 9.798). O montante em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 8.460. Pelo mesmo fato, foram contabilizados os impostos no montante R\$ 267 (R\$ 196 - IRPJ e R\$ 71 - CSLL) na controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda, cujo ajuste de avaliação patrimonial foi de R\$ 785.

19. PARCELAMENTOS FEDERAIS

A Companhia e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda fizeram a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) em 09 de outubro de 2018, o qual foi instituído através da Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018 e regulamentado através da Instrução Normativa 1.804 de 25 de abril de 2018 que alterou a Instrução Normativa 1.784 de 19 de janeiro de 2018. O débito atualizado na data de adesão ao Programa era de R\$ 48.383 mil da Companhia e R\$ 15.918 mil da controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. A modalidade de adesão escolhida foi do pagamento de 2,50% da dívida consolidada (principal somados multa e juros) como entrada e o restante em até 176 mensais e sucessivas, com valor limitado à 0,30% do valor da receita com comercialização da produção rural, usando como base de cálculo a média mensal do faturamento do ano anterior corrigidas pela SELIC. Através desta opção foi obtido um deságio referente dedução de multa e juros no saldo devedor de R\$ 16.691 mil na Companhia e R\$ 5.381 mil em sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. Havendo saldo devedor após o pagamento das 176 parcelas, o mesmo será dividido em até 60 parcelas.

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas são:

Composição	Receitas	
	2019	2018
Receita com vendas de produtos	31.113	36.774
Receita com prestação de serviços	70	157
Receita com venda de outros materiais	189	125
Receita de aluguéis	16	15
	31.389	37.071

Composição	Despesas	
	2019	2018
Aquisição de matérias primas/mercadorias para revenda	81.084	70.834
Aquisição de serviços (fretes)	-	3
Aquisição de outros materiais	33	11
Despesas de aluguel	5	5
	81.121	70.852

Composição	Contas a receber		Contas a pagar	
	2019	2018	2019	2018
Frigorífico Nordeste Ltda	4.190	68	-	344
Frisa Comercial S.A.	2.941	3.238	64	58
Acionistas	-	-	14.782	13.382
	7.131	3.306	14.846	13.784

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. A Companhia e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda são beneficiárias do incentivo fiscal federal da SUDENE, reduzindo em 75% o Imposto de Renda, apurado através do lucro da exploração, sobre as atividades industriais, em suas unidades de Colatina (ES) e de Nanuque (MG) e da sua controlada em Teixeira de Freitas (BA). O valor registrado como despesa de Imposto de Renda nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes dos impostos e contribuições	38.422	(33.742)
Adições		
Provisão para contingências	404	611
Outras adições	6.901	12.214
	7.305	12.825
Exclusões		
Dividendos	(10)	(8)
Ajuste decorrente da Equivalência Patrimonial	3.098	10.357
Reversão das provisões não dedutíveis	(196)	(576)
Diferença da depreciação entre taxa fiscal e societária	(1.580)	(2.250)
Isonções fiscais	(8.795)	-
Outras exclusões	(5.765)	-
	(13.249)	7.523
Compensação de prejuízo fiscal	(9.743)	-
Base de cálculo	22.735	-
Alíquota - 15%	3.410	-
Alíquota - 10%	2.249	-
Incentivos fiscais	(5.659)	-
Total do imposto de renda	-	-
Base de cálculo para CSLL		
Base de cálculo de IRPJ	22.735	-
Compensação da diferença de prejuízo fiscal	329	-
Despesas dedutíveis apenas para fins de IRPJ	(1.096)	(84)
Base de cálculo de CSLL	21.968	-
Contribuição social - 9%	1.977	-
Total de contribuição social	1.977	-
Total de imposto de renda e contribuição social	1.977	-

Continua ►►

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES[®]

► Continuação

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro antes dos impostos e contribuições	39.445	(33.078)
Adições		
Provisão para contingências	472	611
Reversão do prejuízo fiscal da controladora	-	13.394
Outras adições	7.009	12.323
	7.481	26.328
Exclusões		
Dividendos	(15)	(12)
Ajuste decorrente da Equivalência Patrimonial	5.088	-
Reversão das provisões não dedutíveis	(196)	(808)
Diferença da depreciação entre taxa fiscal e societária	(1.681)	(2.245)
Isenções fiscais	(8.795)	11.809
Outras exclusões	(5.765)	-
	(11.364)	8.744
Compensação de prejuízo fiscal	(9.743)	-
Base de cálculo de IRPJ	25.819	1.994
Alíquota - 15%	3.873	299
Alíquota - 10%	2.533	176
Incentivos fiscais - PAT	(5.659)	-
Total de imposto de renda	747	475
Base de cálculo para CSLL		
Base de cálculo de IRPJ	25.819	1.994
Compensação da diferença de prejuízo fiscal	329	-
Despesas dedutíveis apenas para fins de IRPJ	(1.096)	(2)
Base de cálculo de CSLL	25.052	1.992
Contribuição social - 9%	2.255	179
Total de contribuição social	2.255	179
Total de imposto de renda e contribuição social	3.002	654

No exercício de 2018, em virtude do prejuízo fiscal decorrente da adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural - PRR (nota 16), a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 9.049 (R\$ 6.648 - IRPJ e R\$ 2.401 - CSLL), os quais serão compensados com lucros tributáveis futuros, limitado 30%, conforme determinado pela legislação fiscal. A administração da Companhia optou por não reconhecer contabilmente os efeitos desta transação.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social - O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/classe	2019		2018	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	10.850	87.325	10.850	87.325
Preferenciais	4.072	32.773	4.072	32.773
		120.098		120.098

Valor patrimonial por lote mil ações **8,05** **8,05**

22.2. Reserva de incentivos fiscais - Em virtude das alterações promovidas pela LC nº 160/2017, em especial ao §4º e 5º do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimentos. O Estado do Espírito Santo regulamentou os benefícios fiscais através da Lei Estadual nº 10.887 de 08 de agosto de 2018, confirmando a obtenção do Certificado de Registro e Depósito - SE/CONFAZ nº 33/2018, datado de 01 de agosto 2018. Isso significa que os benefícios fiscais deixaram de ser tributados pelo IRPJ e CSLL e após transitarem pelo resultado, devem ser contabilizados no patrimônio líquido em reservas de incentivos fiscais, nos termos da legislação tributária. No entanto para os anos de 2019 e 2018 a companhia optou por não se aproveitar de tal benefício pois os mesmos não teriam efeitos relevantes na redução do recolhimento dos impostos devidos. No entanto foi constituída reserva no montante de R\$ 8.795 referentes à redução de 75% do IRPJ e redução por reinvestimento, ambos calculados por meio do lucro da exploração. Em 2018 não houve o valor destinado à reserva de incentivos fiscais. **22.3. Ajuste de avaliação patrimonial** - O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em 2010 referente ao custo atribuído dos terrenos da companhia no momento de adoção inicial às normas internacionais de contabilidade, conforme permitido pela Resolução CFC nº 1.263/09 que aprovou a ITG 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos. Tal avaliação foi realizada por profissional independente, devidamente capacitado, que indicou aumento de R\$ 24.882 no valor dos terrenos da companhia e R\$ 785 nos terrenos de suas controladas, sendo que R\$ 8.460 foi registrado no passivo

como impostos diferidos em função das diferenças temporárias. Desta forma, foi registrado como ajuste de avaliação patrimonial o montante líquido dos impostos em R\$ 16.422, além do reflexo líquido nas controladas no montante de R\$ 511, totalizando R\$ 16.934 em 31 de dezembro de 2010. Por se tratar unicamente de avaliação sobre terrenos, os valores serão realizados apenas com suas vendas. **22.4. Reserva legal** - A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 36 do Estatuto Social da Companhia. No ano de 2018 a reserva não foi constituída devido ao prejuízo no final do exercício. Para o ano de 2019 não foi constituída devido o prejuízo de 2018 não ter sido totalmente revertido. No ano de 2019 o saldo que a reserva possuía em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 412) foi transferido para compensar parte do prejuízo acumulado. **22.5. Reserva de investimentos** - Em 31 de dezembro de 2018, não houve destinação para a reserva de investimento, uma vez que a Companhia não apresentou lucro. Em 31 de dezembro de 2019, a reserva não foi constituída devido ainda existir prejuízo para ser revertido. O saldo anterior da reserva em 31 de dezembro de 2018 foi de (R\$ 5.071), transferido para compensar parte do prejuízo acumulado. **22.6. Dividendos mínimos obrigatórios** - As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior. Em 2019, não ocorreu a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios conforme demonstração a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	30.689	(33.742)
Compensação do prejuízo acumulado	(30.689)	-
Reserva legal (5%)	-	-
Lucro após a constituição da reserva legal	-	(33.742)
Incentivos fiscais - IRPJ	-	-
Gratificação da diretoria	-	-
Base de cálculo dos dividendos	-	-
Dividendos obrigatórios (25%)	-	-
Dividendos anteriores não solicitados (acionistas minoritários)	270	270
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	270	270

22.7. Participação dos empregados e remuneração do Conselho de Administração e Diretoria - A Companhia distribui, a cada ano, a título de participação nos lucros, o percentual de 5% do lucro líquido do exercício a seus funcionários, de acordo com o seu Estatuto Social. Em 2018, não houve destinação de valor à distribuir, em 2019, o valor destinado para distribuição foi de R\$ 1.559. A remuneração anual e global em 2019, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi R\$ 1.854 (R\$ 1.743 em 2018).

23. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

	Controladora	
	2019	2018
Básico e Diluído		
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	30.690	(33.742)
Média ponderada por ações (mil)	15	15
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	2.056,85	(2.249,47)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía potenciais ações. Desta forma, não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 147 em ações em tesouraria, representadas por 5,4382 Ações ON no valor de R\$ 60 e 7,9465 Ações ON no valor de R\$ 87.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Venda de produtos - Mercado interno	731.813	595.782	877.046	736.449
Venda de produtos - Mercado externo	522.450	431.136	542.153	436.637
Prestação de serviços - Mercado interno	7.766	4.867	9.320	6.023
Receita operacional bruta	1.262.029	1.031.785	1.428.519	1.179.109
Impostos sobre vendas e outras deduções	(59.647)	(58.482)	(64.801)	(60.801)
Impostos sobre serviços	(1.193)	(764)	(1.342)	(886)
	(60.840)	(59.246)	(66.143)	(61.687)
Receita operacional líquida	1.201.189	972.539	1.362.376	1.117.422

Continua ►►

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES[®]

► Continuação

25. DESPESAS OPERACIONAIS COM VENDAS E COMERCIAIS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fretes e carretos	35.487	27.126	38.161	29.546
Despesas com pessoal	26.699	23.677	29.009	25.909
Transportes próprios	9.474	8.450	10.702	9.886
Comissões s/ vendas	7.579	6.664	8.217	7.309
Despesas com exportação	7.926	7.002	9.497	7.550
Outras despesas com vendas	11.471	9.592	16.335	10.336
	98.636	82.511	111.921	90.536

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	14.727	13.882	16.020	14.948
Pat e Transportes de funcionários	13.056	10.323	13.883	11.142
Outras despesas gerais e administrativas	18.651	9.448	19.810	11.828
	46.434	33.653	49.713	37.918

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras Receitas Operacionais				
Indenizações	607	1.424	607	1.423
Alienação de ativo imobilizado	112	262	119	263
Aluguéis	51	47	6	26
Vendas de sucatas e outros materiais	406	429	717	511
Reversão da provisão p/ contingências	196	576	196	858
Isenções fiscais - Subvenções	8.795	-	8.795	-
Outras	13.238	118	13.124	54
	23.405	2.856	23.564	3.135
Outras Despesas Operacionais				
Furtos e roubos	(72)	(710)	(72)	(710)
Custo da alienação de ativo imobilizado	(81)	(169)	(178)	(169)
Custo da venda de outros materiais	(137)	(97)	(160)	(137)
Parcelamentos federais	(1.155)	(31.264)	(1.155)	(41.663)
Outras	(478)	(745)	(503)	(774)
	(1.923)	(32.985)	(2.069)	(43.453)
	21.482	(30.129)	21.496	(40.318)

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas				
Juros sobre financiamento	(5.473)	(4.039)	(5.513)	(4.089)
Varição cambial passiva (a)	(46.589)	(53.366)	(46.589)	(53.366)
Descontos concedidos	(3.289)	(2.313)	(4.031)	(3.452)
Taxas e despesas bancárias	(1.766)	(1.613)	(1.895)	(1.705)
Operações de mercado a termo (b)	(341)	(289)	(341)	(289)
Outras	(5.206)	(5.730)	(5.554)	(6.078)
	(62.664)	67.350)	(63.923)	(68.979)
Receitas				
Varição cambial ativa (a)	40.369	39.049	40.369	39.049
Rendimentos de aplicações financeiras	1.029	859	1.222	1.046
Descontos obtidos	754	341	797	407
Juros ativos	809	1.052	970	1.241
Operações de mercado a termo (b)	1.336	304	1.336	304
Outras	1.299	817	1.708	1.228
	45.596	42.422	46.402	43.275
	(17.067)	(24.928)	(17.520)	(25.704)

(a) As variações cambiais ativas e passivas decorrem, principalmente, das operações de exportação. (b) As operações no mercado a termo foram realizadas com o intuito exclusivo de proteção (*hedge*) sem alavancagem, portanto sem exceder em nenhum momento os volumes exportados pela Companhia e compatíveis com os custos de suas operações comerciais.

29. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis de aplicações financeiras constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos em sua negociação com terceiros ou, na ausência deles, quando comparados com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares. O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira no encerramento do exercício.

	Nota	2019	2018
Instrumentos financeiros Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	5	20.071	969
Contas a receber de clientes	6	42.385	41.766
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	14	(86.791)	(91.584)
Adiantamento de clientes no exterior		(1.241)	(4.547)
		(25.576)	(53.396)

(a) **Risco de crédito** - A política de vendas da Companhia se subordina às normas de créditos fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é obtido por meio da seleção de clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização de risco). A Companhia conta, ainda, com provisão para devedores duvidosos para fazer face ao risco de crédito. (b) **Risco de taxa de câmbio** - A Companhia atualiza empréstimo em decorrência da variação do dólar. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas frente ao real:

	2019		2018	
	Taxa média	Taxa final	Taxa média	Taxa final
Dólar (US\$)	3,9456	4,1090	3,6547	3,8840

(c) **Análise de sensibilidade de risco** - A Companhia não prevê riscos futuros que impactem de forma relevante o seu patrimônio líquido, uma vez que parte de seus empréstimos e financiamentos são atrelados a taxas fixas. A variação cambial referente a diferença entre os ativos e passivos em moeda estrangeira também não se mostra relevante em relação ao seu patrimônio. Mesmo assim, divulgamos os cenários estimados do dólar americano (USD), o qual a previsão para o ano de 2020 está se mostrando estável ou com baixa variação frente ao Real. Nesses termos, foi efetuada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia oriundos do incremento deste cenário provável em 25% e 50%, considerados como possível e remoto, respectivamente:

	Índice	Taxa	Cenários		
			Valor exposto	Provável	Possível
Exposição ao risco cambial USD	8,69%	(25.576)	(2.434)	(3.042)	(3.651)

(d) **Swaps de moeda** - Os resultados da Companhia poderão sofrer significativas variações decorrentes das oscilações das taxas de juros e câmbio. Os instrumentos financeiros são utilizados tanto para proteger as futuras exportações, como também reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos em moedas estrangeiras. Os ativos financeiros estão representados no balanço pelos seus valores de custo acrescidos das respectivas apropriações de receitas incorridas até a data do balanço, próximos aos valores de mercado. A Companhia realiza operações de *swap* de moeda com o objetivo de minimizar as eventuais perdas decorrentes da desvalorização do Real com relação ao Dólar norte-americano. Os ganhos e perdas nas operações decorrem

Continua ►►

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES*

► Continuação

das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras líquidas.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 28 de fevereiro de 2020 pela CVM, a Companhia informa que os efeitos causados pelo COVID-19 não afetarão a continuidade do negócio, constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações e tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse

alteração nos números relativos a 31 de dezembro de 2019. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

Diretoria

Arthur Arpini Coutinho - Diretor Presidente

Emerson Leonardo Lazaro - Diretor

Evaldo Mario Lievore - Diretor

Contador

Rubens Pereira do Nascimento

CRC-ES 009449/O-4

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

FRISA – FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A. - Colatina – ES.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.**, (“FRISA” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração** - Conforme divulgado nas notas explicativas nº 11 e nº 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis e intangíveis em montantes relevantes. A Administração aplica no mínimo anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis e intangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Administração sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto** - Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os controles operacionais, projeções de fluxos de caixa futuros e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia: • Utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas na análise e entendimento das premissas e metodologia dos cálculos matemáticos do valor em uso, que inclui a revisão da taxa de desconto utilizada, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores, previsões econômicas e setoriais e outras informações históricas; • Acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo imobilizado; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre

a existência dos bens de ativo imobilizado, por meio da análise dos contratos firmados e do confronto das evidências de locação em andamento com o reconhecimento de receitas; e • Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela administração da Companhia, para avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida e de longa duração, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita – mensuração e registro das receitas de vendas** - Conforme divulgado na nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta receitas líquidas de R\$ 1.201.189 mil e R\$ 1.362.376 mil, respectivamente, controladora e consolidada, dos quais os montantes de R\$ 1.193.423 e R\$ 1.353.056, respectivamente, controladora e consolidado, são provenientes de venda de carnes e derivados e fabricação de conservas para o mercado interno e externo. O processo de reconhecimento das receitas é complexo pois envolve etapas e inspeções de qualidade no mercado interno e externo para o seu reconhecimento. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em conta a relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento. **Como nossa auditoria conduziu este assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Testes sobre a efetividade dos controles internos utilizados pela Companhia relacionados a receita; • Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Companhia e controladas no cálculo das receitas faturadas; • Recálculo das receitas faturadas ao final do exercício social; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto das notas fiscais emitidas com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto; e • Avaliação das políticas contábeis divulgadas em nota explicativa nº 3.14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela administração da Companhia, para o reconhecimento de receitas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 22 de março de 2019, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

Continua ►►

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35

EMPRESA APOIADA PELO FUNRES*

►► Continuação

contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade

operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020

**BDO RCS Auditores Independentes SS**

CRC 2 SP 013846/O-1-S-RJ

Julian Clemente

Contador CRC 1SP 197232/0-6-S-RJ